



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

OFÍCIO GABINETE Nº 14/2024

RELATÓRIO FINAL DE ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DA FRENTE PARLAMENTAR DE DIREITO À CIDADE 2021 A 2023

A cidade é uma construção social e, enquanto tal traz em suas estruturas todas as características da sociedade que a engendra. Se temos uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, por atitudes e ações preconceituosas e comportamentos insustentáveis (da perspectiva socioambiental), a cidade trará essas mesmas características.

Devido à aceleração forçada da migração da população para as áreas urbanas, nossas cidades são reproduzidas sob uma lógica que ainda segrega, é violenta, concentra renda e não consegue atender necessidades e direitos básicos da população como a mobilidade, moradia, saneamento básico, meio ambiente saudável, áreas públicas de lazer e convívio, segurança entre outros aspectos.

No entanto, ao construir a cidade, a sociedade também se reconstrói, podendo reforçar, em um ciclo vicioso, problemas estruturais profundos da sociedade. Porém, a cidade pode ser reconstruída no sentido de romper com ciclos deletérios à vida na cidade. Neste sentido, um dos grandes desafios a serem encarados é construir o direito à cidade em um sentido amplo com respeito à vida, à diversidade, à igualdade, à sustentabilidade e à democracia. Não se trata apenas de um direito normativo, mas algo que o transcende fazendo a vida na cidade se realizar de forma plena e valendo a pena de ser vivida.

A Comissão de Estudos denominada Frente Parlamentar pelo Direito à Cidade é importante instrumento propositivo que tem como objetivo promover uma cidade acessível a todos os cidadãos de todas as regiões da cidade. E coloca a cidade no centro de um importante debate: qual o futuro da sociedade urbana? Futuro, aquele, social e político entendido como uma elaboração coletiva que leva à produção e à reprodução da sociedade (urbana) e, certamente,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

tal reprodução deve se realizar em um patamar cujos avanços qualitativos possam promover maior qualidade de vida e bem-estar social.

Por meio desta comissão de estudos, surgiram projetos e indicações ao executivo que estão promovendo uma cidade mais humana e inclusiva. Para que esses projetos fossem desenvolvidos, em 2021 aconteceram seis reuniões, em 2022 foram 5 reuniões, e no ano de 2023 foram 3 reuniões.

A mesa redonda de lançamento da frente aconteceu dia dez de março e contou com a presença de Erminia Maricato, reconhecida por sua atuação no campo do urbanismo e à frente de diversos movimentos de reforma urbanística, a arquiteta, urbanista e ativista, ela fez um retrospecto das conquistas legais obtidas nos últimos anos, como o Estatuto da Cidade e as leis dos Consórcios Públicos, do Saneamento Básico, da Mobilidade Urbana e dos Resíduos Sólidos.

TEMAS DAS MESAS REDONDAS:

- 'A cidade é de todos?' foi o tema da mesa redonda que contou com a participação do professor Rafael Orsi, vice-diretor da FCLAr - Unesp e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Desenvolvimento Urbano (Nepdua), com a professora da UFSCar Luciana Gonçalves, pós-doutora em Ciências Ambientais Urbanas (ambos membros do Núcleo BR Cidades) e com o educador social Flávio Preto, fundador da horta comunitária da Zona Norte e idealizador do Agrogueto.

- "A Felicidade no Desenvolvimento da Cidade é possível" foi o tema da mesa redonda que aconteceu dia 20 de maio e contou com a presença com a participação de Natália Garcia, jornalista e escritora especialista em investigar as conexões entre vida e consciência humana, e do prefeito de Araraquara, Edinho Silva. Esta mesa redonda teve como objetivo discutir os desafios das experiências individuais e coletivas frente ao desenvolvimento e à urbanização.

- 20 anos de Estatuto da Cidade – avanços e retrocessos sobre as cidades em transição". Para o debate, foram convidados os docentes universitários Luciana Márcia Gonçalves (UFSCar), Rafael Orsi (Unesp), Claudio Paiva (Unesp), Wilson Levy (Uninove) e Sálua Kairuz Manoel



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Poleto (Uniara) e foi discutido as demandas tanto dos cidadãos que na cidade vivem quanto das futuras gerações e das pessoas que trabalham ou visitam a cidade, estimulando ações que visam ao respeito à diversidade, ao convívio e à tolerância, alinhado com o Estatuto da Cidade de 2001.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- "Impactos e Desafios da Regionalização do Saneamento" foi a audiência pública, fruto da demanda de reuniões de trabalho sobre o Marco Regulatório do saneamento básico, que traz inovações como a previsão da obrigatoriedade de os contratos preverem metas de desempenho e de universalização dos serviços, estabelecendo que 99% da população acesse água potável e 90% disponha de coleta e tratamento de esgotos. A audiência aconteceu dia 30 de agosto de 2021

- Audiência Pública sobre a regulamentação dos Parklets que tem o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 259/2021, que dispõe sobre a permissão para instalação e uso de "parklets/vaga viva". Semelhantes a miniparques, os parklets são espaços de convivência que ocupam vagas de estacionamento em vias públicas pré-definidas, contemplando floreiras, bancos, mesas, lixeiras, paraciclos, entre outros.

- Audiência Pública – "Vedação de Arquitetura Hostil em Araraquara – Por que é importante construir cidades gentis?" no dia 11 de março de 2022 às 16h30 (requerimento 227/2022) com Fabiano Contarato - Senador Federal pelo Espírito Santo/ES; Sálua Kairuz - Secretária de Desenvolvimento Urbano do município de Araraquara/SP e Wilson Levy - Diretor do Programa de pós-graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho (UNINOVE).

- Audiência Pública – "Vedação ao emprego e à manutenção de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público no Município de Araraquara" no dia 09 de maio de 2022 às 16 hs (requerimento 395/2022) com Sálua Kairuz - Secretária de Desenvolvimento Urbano do município de Araraquara/SP e Rafael Orsi – Vice-Diretor FCLAR Unesp.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

- Audiência Pública – “Ocupação de espaços públicos no novo plano diretor” no dia 05 de julho de 2023 às 18 hs (requerimento 382/2023) com Sálua Kairuz - Secretária de Desenvolvimento Urbano do município de Araraquara/SP, Rafael Orsi – Vice-Diretor FCLAR Unesp e Camila Capacle - Coordenadora Executiva de Trabalho e Economia Criativa e Solidária da Prefeitura Municipal de Araraquara.

- Audiência Pública – “Requalificação do Centro Antigo: Ideias e Propostas para o Novo Plano Diretor” no dia 09 de agosto de 2023 às 18 hs (requerimento 539/2023) com Teresa Telarolli – Historiadora e Secretária Municipal de Cultura; Professor Doutor Rafael Alves Orsi - Mestre e doutor em Geografia pela Unesp Rio Claro, livre-docente em Geografia Urbana da Unesp Araraquara e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Desenvolvimento Urbano e Ambiental (NEPDUA); Professora Doutora Luciana Márcia Gonçalves – Arquiteta, mestre em Tecnologia do Ambiente e doutora em Planejamento Urbano pela Universidade de São Paulo e Pós-Doc em Ciências Ambientais pela Universidade Autônoma de Barcelona; é professora do Departamento de Engenharia Civil e do Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da UFSCar e Juliana Maria Fernandes de Oliveira – Arquiteta formada pela Universidade de São Paulo, campus São Carlos.

- Audiência Pública – “Meio Ambiente e Propostas para o Novo Plano Diretor” no dia 13 de setembro de 2023 às 18 hs (requerimento 604/2023) com Sálua Kairuz - Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e presidente da Comissão de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara; José Carlos Porsani – Secretário Municipal de Meio Ambiente e Prof. Dr. Juliano José Corbi – Representante do Programa de PósGraduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Uniara e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).

INDICAÇÕES:

- Indicação nº 2430/2021, que solicita ao Executivo a adesão à Rede Latino Americana – Projeto Cidade das Crianças, bem como a inclusão de outras ações que tenham a criança como



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

protagonista no exercício de sua cidadania, como a criação da temática “Criança” no Orçamento Participativo, onde só quem tem direito a voz e voto são crianças.

- Indicação nº 1914/2021 que propõe a criação do programa de incentivo aos "Quintais Sustentáveis/Agricultura Urbana e prevê cota social de 10mt³ de água para famílias inscritas no CAD Único que mantenham quintais sustentáveis em suas moradias". Que resultou em um projeto de Lei nº253 aprovado em sessão da Câmara que aconteceu no dia 19 de outubro de 2021.

- Indicação nº 1781/2022, que solicita estudos acerca da possibilidade em realizar campanhas que sensibilize o uso de fruição do passeio público em nosso município.

- Indicação nº 1981/2022, que solicita a necessidade de estudo para que haja o cumprimento da Norma Brasileira 9050 nas calçadas do Centro da Cidade, principalmente na Rua Padre Duarte, onde é perceptível o descumprimento da normativa.

- Indicação nº 1984/2022, que indica ao Executivo a possibilidade intervenção de urbanismo tático para que pinte uma faixa de pedestre com as cores da bandeira LGBTQIA+, no dia 17 de maio ou no dia 28 de junho. Foi pintada na Avenida Espanha, em frente ao Centro de Referência da Mulher.

- Indicação nº 4530/2022, que indica ao Executivo estudos sobre a continuação do Projeto “Bento Aberta” visando abarcar alteração de horários e características de ocupações diversas.

- Indicação nº 2628/2023, que indica ao Executivo a criação do Comitê das Crianças ou Conselho Municipal da Criança.

- Indicação nº 2629/2023, que indica ao Executivo a adesão a Rede LatinoAmericana – Projeto Cidade das Crianças.

REQUERIMENTOS:

- Requerimento nº 332/2022, que solicita informações acerca do Fundo Municipal do Meio Ambiente do nosso município.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

- Requerimento nº 98/2023, que solicita informações a respeito do relatório dos impactos ambientais realizado pela Secretaria do Meio Ambiente gerados por evento climático extremo no mês de dezembro de 2022 em Araraquara.

LEIS APROVADAS:

- Lei Complementar nº 965 de 16 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre permissão para instalação e uso de “Parklets/Vaga Viva” no Município de Araraquara. A lei versa sobre as cidades se utilizarem do simples princípio de melhoria no aproveitamento de vagas de estacionamento – sendo utilizado um espaço de no mínimo uma vaga – com isso criando novos locais de descanso e convivência social para os munícipes, dando uma dimensão maior à política urbanística, com locais para bicicletário, floreiras, mesas, bancos e outros mobiliários que valorizam o uso do espaço público municipal.

- Lei Complementar nº 970 de 2 de junho de 2022, que dispõe sobre a vedação ao emprego e à manutenção de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público no Município de Araraquara. Ficam vedados o emprego ou a manutenção de técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros seguimentos da população. Consideram-se técnicas construtivas hostis quaisquer intervenções ou estratégias que utilizem materiais, estruturas, equipamentos ou técnicas de construção ou disposição de objetos com o objetivo de afastar ou restringir, no todo ou em parte, o uso ou a circulação de pessoas.

- Lei nº 10.666 de 2 de dezembro de 2022, que declara o tombamento provisório do Patrimônio Ambiental Floresta Paludosa localizada no Jardim Ipanema. O tombamento provisório tem como especial efeito o impedimento imediato e cautelar de que o bem sofra alguma alteração ou destruição, de maneira que este ficará sob esta condição até a conformação definitiva a que alude o art. 2º: O tombamento efetuado por esta lei, por caracterizar-se provisório, depende de superveniente atuação do Poder Público para sua conformação definitiva.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

- Lei nº 10.862, de 19 de julho de 2023, que dispõe sobre o tombamento provisório do patrimônio ambiental da floresta de angicos pretos localizada em todo o entorno do próprio público municipal denominado Cemitério dos Britos, em Araraquara. O tombamento provisório tem como especial efeito o impedimento imediato e cautelar de que o bem sofra alguma alteração ou destruição.

AÇÕES:

- Visita à Estação de Tratamento de Água do DAAE a partir de sugestão dos membros da Frente Parlamentar, a partir do tema das águas – rios, córregos e nascentes de nossa cidade.

- Foi divulgado nas redes sociais um card explicando que a Lei Complementar nº 18, de 22 de dezembro de 1997, que institui o Código de Posturas do Município de Araraquara, em seu artigo 116, § 1º, diz que no passeio público poderá ser prevista uma faixa livre ininterrupta com largura mínima recomendável de 1,50 m, sendo o mínimo admissível de 1,20 m, necessária ao trânsito seguro de pedestres, cadeirantes, desprovida de obstáculos em sua faixa de circulação, rampas ou interferências permanentes ou temporárias, de acordo com a NBR vigente, e solicitando que se o munícipe presenciar o descumprimento da Lei, para que denuncie através do telefone da fiscalização: (16) 3301-5076.

Conclusão

Os objetivos traçados pela Comissão Especial de Estudos denominada “Frente Parlamentar de Direito à Cidade” foram alcançados por seus membros, com a contribuição de agentes públicos, representantes de entidades civis, sociedade civil e voluntários apaixonados por Cidades, especialmente a nossa linda Morada do Sol. Mais que apaixonados, defensores e lutadores por uma cidade mais gentil, inclusiva, acolhedora, de encontros e trocas, segura, viva, com gestos e olhares de construção e, o mais importante: de todas as pessoas.

Este mandato entende a importância de intervenções de urbanismo tático na cidade, impactando diretamente no dia a dia da sua população, com mais segurança, transformações do espaço público, novos espaços de convívio, ou seja, cidades mais vibrantes e humanas. Entende também que mais do que ferramentas inovadoras, vemos uma oportunidade de



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

interlocução com os diferentes atores com interesse nos espaços da cidade, a fim de contemplar as demandas da população e garantir maior conforto e segurança para as pessoas que se deslocam a pé ou através de outros modos ativos, especialmente aquelas mais vulneráveis: crianças, pessoas com deficiência e idosos.

Nosso mandato valoriza a cidade e a deseja cada vez mais plural, democrática e respeitosa. Criando, também, um sentimento de pertencimento ao espaço público, reconhecendo-se nesses espaços de lazer. Objetivando o fortalecimento da cidadania, identidade local e empoderamento social por meio da democratização do conhecimento e valorização do patrimônio histórico e cultural, bem como pelo uso e a ocupação dos espaços públicos.

Ter por três anos uma Frente aguerrida, que oportunizou a participação popular, que foi de extrema importância para que pudéssemos entender, perceber, discutir e fazer acontecer ideias, projetos e ações lindas, foi de um enriquecimento valioso para a nossa cidade! Colaboramos para que a nossa amada querida Morada do Sol evoluísse um pouquinho mais e isso é sensacional

FABI VIRGÍLIO

Presidenta

FILIPA BRUNELLI

MARCOS GARRIDO